

**Gestão 2018-2020**

Procurador-Geral de Justiça  
**Paulo Cezar dos Passos**  
Procurador-Geral Adjunto de Justiça Jurídico  
**Humberto de Matos Brittes**  
Procurador-Geral Adjunto de Justiça Administrativo  
**Helton Fonseca Bernardes**  
Procurador-Geral Adjunto de Justiça de Gestão e Planejamento Institucional  
**Olavo Monteiro Mascarenhas**  
Corregedor-Geral do Ministério Público  
**Marcos Antonio Martins Sottoriva**  
Corregedor-Geral Substituto do Ministério Público  
**Antonio Siufi Neto**  
Ouvidor do Ministério Público  
**Adhemar Mombrum de Carvalho Neto**

**COLÉGIO DE PROCURADORES DE JUSTIÇA**

Procurador de Justiça <i>Sérgio Luiz Morelli</i>	Procurador de Justiça <i>Marcos Antonio Martins Sottoriva</i>
Procurador de Justiça <i>Mauri Valentim Ricciotti</i>	Procuradora de Justiça <i>Esther Sousa de Oliveira</i>
Procurador de Justiça <i>Hudson Shiguer Kinashi</i>	Procurador de Justiça <i>Aroldo José de Lima</i>
Procurador de Justiça <i>Olavo Monteiro Mascarenhas</i>	Procurador de Justiça <i>Adhemar Mombrum de Carvalho Neto</i>
Procuradora de Justiça <i>Irma Vieira de Santana e Anzoategui</i>	Procurador de Justiça <i>Gerardo Eriberto de Moraes</i>
Procuradora de Justiça <i>Nilza Gomes da Silva</i>	Procurador de Justiça <i>Luis Alberto Safrader</i>
Procurador de Justiça <i>Silvio Cesar Maluf</i>	Procuradora de Justiça <i>Sara Francisco Silva</i>
Procurador de Justiça <i>Antonio Siufi Neto</i>	Procuradora de Justiça <i>Lenirce Aparecida Avellaneda Furuya</i>
Procurador de Justiça <i>Evaldo Borges Rodrigues da Costa</i>	Procuradora de Justiça <i>Mara Cristiane Crisóstomo Bravo</i>
Procuradora de Justiça <i>Marigô Regina Bittar Bezerra</i>	Procurador de Justiça <i>Helton Fonseca Bernardes</i>
Procurador de Justiça <i>Belmires Soles Ribeiro</i>	Procurador de Justiça <i>Gilberto Robalinho da Silva</i>
Procurador de Justiça <i>Humberto de Matos Brittes</i>	Procurador de Justiça <i>Paulo Cezar dos Passos</i>
Procurador de Justiça <i>Miguel Vieira da Silva</i>	Procuradora de Justiça <i>Jaceguara Dantas da Silva</i>
Procurador de Justiça <i>João Albino Cardoso Filho</i>	Procurador de Justiça <i>Rodrigo Jacobina Stephanini</i>
Procuradora de Justiça <i>Lucienne Reis D'Ávila</i>	Procurador de Justiça <i>Silasneiton Gonçalves</i>
Procuradora de Justiça <i>Ariadne de Fátima Cantú da Silva</i>	Procurador de Justiça <i>Sérgio Fernando Raimundo Harfouche</i>
Procurador de Justiça <i>Francisco Neves Júnior</i>	Procurador de Justiça <i>Alexandre Lima Raslan</i>
Procurador de Justiça <i>Edgar Roberto Lemos de Miranda</i>	

**EXPEDIENTE EXTERNO:**

De 2ª à 6ª feira, das 08 às 11 e 13 às 18 horas.

**DISQUE DENÚNCIA**

Centro de Apoio Operacional das Promotorias de Justiça Criminais

(67) 3318-2091 e-mail: [caocrim@mpms.mp.br](mailto:caocrim@mpms.mp.br)

Centro de Apoio Operacional dos Direitos Constitucionais do Cidadão e dos

Direitos Humanos

(67) 3318-2160 e-mail: [caopjdcddh@mpms.mp.br](mailto:caopjdcddh@mpms.mp.br)

**PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA****PORTARIA Nº 1806/2019-PGJ, DE 27.5.2019**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso XXX do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

**R E S O L V E :**

Conceder à Promotora de Justiça Camila Augusta Calarge Doreto1 (um) dia de férias compensatórias, referente ao feriado forense de 20.12.2018 a 6.1.2019, por ter atuado no período de 28.12.2018 a 6.1.2019, a ser usufruído no dia 17.6.2019, nos termos dos artigos 139, inciso I, e 140, § 3º, ambos da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994, com a redação dada pela Lei Complementar nº 173, de 14 de maio de 2013.

**PAULO CEZAR DOS PASSOS**

Procurador-Geral de Justiça

**PORTARIA Nº 1826/2019-PGJ, DE 27.5.2019**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso XXX do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

**R E S O L V E :**

Acrescentar a Promotora de Justiça abaixo relacionada na Portaria nº 4101/2018-PGJ, de 4.12.2018, que estabeleceu a escala de férias individuais dos Promotores de Justiça, referente ao primeiro semestre de 2019:

PROMOTOR DE JUSTIÇA	PERÍODO DE GOZO			PERÍODO DE CONVERSÃO
	1º PERÍODO (ou integral)	2º PERÍODO	3º PERÍODO	
Bianka Machado Arruda Mendes				1º a 10.6.2019

**PAULO CEZAR DOS PASSOS**

Procurador-Geral de Justiça

**PORTARIA Nº 1827/2019-PGJ, DE 27.5.2019**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

**R E S O L V E :**

Conceder ao Promotor de Justiça Paulo Roberto Gonçalves Ishikawa 3 (três) dias de compensação pelo exercício da atividade ministerial em plantão, realizada no período de 5 a 12.3.2018, a serem usufruídos nos dias 24.5, 9 e 10.10.2019 nos termos dos artigos 3º, 6º e 7º-A, inciso I, da Resolução nº 38/2015-PGJ, de 24.11.2015.

**PAULO CEZAR DOS PASSOS**

Procurador-Geral de Justiça

**PORTARIA Nº 1838/2019-PGJ, DE 28.5.2019**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL em exercício, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

**R E S O L V E :**

Tornar sem efeito a Portaria nº 1582/2019-PGJ, de 8.5.2019, na parte que designou o Promotor de Justiça Thiago Bonfatti Martins para, sem prejuízo de suas funções, atuar perante a Supervisão das Promotorias de Justiça da comarca de Ponta Porã, no período de 27 a 29.5.2019.

**HUMBERTO DE MATOS BRITTES**

Procurador-Geral de Justiça em exercício

**PORTARIA Nº 1839/2019-PGJ, DE 28.5.2019**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL em exercício, no uso das atribuições que lhe confere a alínea “f” do inciso XII do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

**R E S O L V E :**

Designar o 1º Promotor de Justiça da comarca de Cassilândia, Pedro de Oliveira Magalhães, para, sem prejuízo de suas funções, coadjuvar na 3ª Promotoria de Justiça da comarca de Aquidauana, a partir de 29.5.2019, até ulterior deliberação.

HUMBERTO DE MATOS BRITTES

Procurador-Geral de Justiça em exercício

**PORTARIA Nº 1840/2019-PGJ, DE 28.5.2019**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL em exercício, no uso das atribuições que lhe confere a alínea “f” do inciso XII do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

**R E S O L V E :**

Designar os Promotores de Justiça abaixo nominados para, sem prejuízo de suas funções, atuarem no mutirão a ser realizado perante a 5ª Vara do Juizado Especial Central da comarca de Campo Grande, no período de 24 a 30.5.2019, conforme quadro abaixo:

PROMOTOR(A) DE JUSTIÇA	DATA
Filomena Aparecida Depolito Fluminhan	24 e 27.5.2019
Rogério Augusto Calabria de Araujo	28.5.2019
Marcus Vinicius Tieppo Rodrigues	29.5.2019
Luz Marina Borges Maciel Pinheiro	30.5.2019

HUMBERTO DE MATOS BRITTES

Procurador-Geral de Justiça em exercício

**PORTARIA Nº 1841/2019-PGJ, DE 28.5.2019**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL em exercício, no uso das atribuições que lhe confere a alínea “f” do inciso XII do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

**R E S O L V E :**

Designar a Promotora de Justiça da comarca de Porto Murtinho, Juliana Pellegrino Vieira, para, sem prejuízo de suas funções, atuar nas audiências de custódia da comarca de Miranda, no dia 28.5.2019.

HUMBERTO DE MATOS BRITTES

Procurador-Geral de Justiça em exercício

**PORTARIA Nº 1842/2019-PGJ, DE 28.5.2019**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL em exercício, no uso das atribuições que lhe confere a alínea “f” do inciso XII do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

**R E S O L V E :**

Designar a Promotora de Justiça de Porto Murtinho, Juliana Pellegrino Vieira, para, com prejuízo de suas funções, a partir de 3.6.2019, até ulterior deliberação, responder pela 2ª Promotoria de Justiça de Miranda e coadjuvar na 1ª Promotoria de Justiça da mesma Comarca.

HUMBERTO DE MATOS BRITTES

Procurador-Geral de Justiça em exercício

**PORTARIA Nº 1843/2019-PGJ, DE 28.5.2019**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL em exercício, no uso das atribuições que lhe confere a alínea “f” do inciso XII do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

**R E S O L V E :**

Designar a Promotora de Justiça Juliana Pellegrino Vieira para, sem prejuízo de suas funções, atuar nas audiências do Juizado Especial Adjunto da comarca de Miranda, a partir de 3.6.2019, até ulterior deliberação.

HUMBERTO DE MATOS BRITTES

Procurador-Geral de Justiça em exercício

**PORTARIA Nº 1844/2019-PGJ, DE 28.5.2019**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL em exercício, no uso das atribuições que lhe confere o inciso XII, alínea “h”, do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

**R E S O L V E :**

Indicar ao Procurador Regional Eleitoral a Promotora de Justiça Juliana Pellegrino Vieira, para, sem prejuízo de suas funções, atuar perante a 15ª Zona Eleitoral, a partir de 3.6.2019, até ulterior deliberação; e revogar, a partir da referida data, a Portaria nº 1706/2019-PGJ, de 17.5.2019, na parte que designou a Promotora de Justiça Talita Zoccolaro Papa Muritiba.

HUMBERTO DE MATOS BRITTES

Procurador-Geral de Justiça em exercício

**PORTARIA Nº 1845/2019-PGJ, DE 28.5.2019**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL em exercício, no uso das atribuições que lhe confere a alínea “f” do inciso XII do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

**R E S O L V E :**

Designar o 1º Promotor de Justiça de Bonito, João Meneghini Girelli, para, sem prejuízo de suas funções, responder pela Promotoria de Justiça da comarca de Porto Murtinho, a partir de 3.6.2019, até ulterior deliberação.

HUMBERTO DE MATOS BRITTES

Procurador-Geral de Justiça em exercício

**PORTARIA Nº 1846/2019-PGJ, DE 28.5.2019**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL em exercício, no uso das atribuições que lhe confere o inciso XII, alínea “h”, do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

**R E S O L V E :**

Indicar ao Procurador Regional Eleitoral o Promotor de Justiça João Meneghini Girelli, para, sem prejuízo de suas funções, atuar perante a 20ª Zona Eleitoral, a partir de 3.6.2019.

HUMBERTO DE MATOS BRITTES

Procurador-Geral de Justiça em exercício

**PORTARIA Nº 1847/2019-PGJ, DE 28.5.2019**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL em exercício, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

**R E S O L V E :**

Conceder à Promotora de Justiça Marjorie Oliveira Zanchetta de Azambuja 2 (dois) dias de compensação pelo exercício da atividade ministerial em plantão, realizada nos dias 13 e 14.6.2017, a serem usufruídos nos dias 17 e 18.6.2019, nos termos dos artigos 3º e 6º da Resolução nº 38/2015-PGJ, de 24.11.2015.

HUMBERTO DE MATOS BRITTES

Procurador-Geral de Justiça em exercício

**PORTARIA Nº 1849/2019-PGJ, DE 28.5.2019**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL em exercício, no uso das atribuições que lhe confere a alínea “f” do inciso XII do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

**R E S O L V E :**

Designar o Promotor de Justiça de Itaporã, Radamés de Almeida Domingos, para, sem prejuízo de suas funções, coadjuvar na 14ª Promotoria de Justiça da comarca de Campo Grande, a partir de 29.5.2019, até ulterior deliberação.

HUMBERTO DE MATOS BRITTES

Procurador-Geral de Justiça em exercício

**PORTARIA Nº 1848/2019-PGJ, DE 28.5.2019**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL em exercício, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

**R E S O L V E :**

Conceder ao servidor Paulo Matias Guimarães abono de permanência equivalente ao valor da sua contribuição previdenciária, a partir de 10.4.2019, nos termos do artigo 3º da Emenda Constitucional nº 47, de 5 de julho de 2005, e dos artigos 73 e 75 da Lei nº 3.150, de 22 de dezembro de 2005.

HUMBERTO DE MATOS BRITTES

Procurador-Geral de Justiça em exercício

**PROCURADORIA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA****PORTARIA Nº 1803/2019-PGJ, DE 27.5.2019**

O PROCURADOR-GERAL ADJUNTO DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVO em exercício, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 4º, inciso II, da Resolução nº 007/2014-PGJ, de 7.4.2014,

**R E S O L V E :**

Designar o servidor Hermes Alencar de Lima, ocupante do cargo efetivo de Técnico I, símbolo MPTE-201, para, sem prejuízo de suas funções, responder pela Presidência da Comissão Permanente de Licitação e pela Coordenadoria de Licitações, no dia 27.5.2019, em razão de abono por doação de sangue, no período de 28 a 31.5.2019, em razão de licença compensatória referente a serviços prestados à Justiça Eleitoral, no período de 3 a 12.6.2019, em razão de férias, e no período de 17 a 24.6.2019, em razão de abono por doação de sangue do titular, Emervál Carmona Gomes.

HUMBERTO DE MATOS BRITTES

Procurador-Geral Adjunto de Justiça Administrativo em exercício

**PORTARIA Nº 1822/2019-PGJ, DE 27.5.2019**

O PROCURADOR-GERAL ADJUNTO DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVO em exercício, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 4º, inciso II, da Resolução nº 007/2014-PGJ, de 7.4.2014,

**R E S O L V E :**

Designar o servidor Paulo Augusto Arantes Vilela, ocupante do cargo em comissão de Assessor Técnico em Desenvolvimento, símbolo MPAS-206, do Quadro de Servidores do Ministério Público Estadual, para, sem prejuízo de suas funções, responder pela Divisão de Desenvolvimento, nos dias 29, 30 e 31.5.2019, e 3.6.2019, em razão de licença compensatória referente a serviços prestados à Justiça Eleitoral do titular, Daniel Rodrigues Duarte; e tornar sem efeito a Portaria nº 1742/2019-PGJ, de 22.5.2019.

HUMBERTO DE MATOS BRITTES

Procurador-Geral Adjunto de Justiça Administrativo em exercício

**CONSELHO SUPERIOR****AVISO Nº 15/2019/SCSMP**

A Secretaria do Conselho Superior do Ministério Público, em cumprimento ao disposto no artigo 126 do Regimento Interno do Conselho Superior do Ministério Público, após a distribuição por sorteio, dá conhecimento aos interessados da existência da promoção de arquivamento dos autos abaixo relacionados, para que, no prazo de 10 (dez) dias, querendo, apresentem razões escritas, peças informativas ou documentos que serão a estes juntados:

**1 - RELATOR CONSELHEIRO SILVIO CESAR MALUF:**

- 1) **Inquérito Civil nº 06.2018.00000415-5** - 2ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Bonito - Requerente: Ministério Público Estadual - Requeridos: Eloí Transporte e o Supermercado Santos - Assunto: Apurar eventuais danos ambientais decorrentes da atividade de mineração sem autorização pelo órgão competente, em terreno urbano localizado na rua 29 de maio com a rua Senador Filinto Muller, neste município de Bonito/MS. (IC nº 03/2017, migrado para o SAJMP).
- 2) **Inquérito Civil nº 06.2018.00000726-3** - 1ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Paranaíba - Requerente: Ministério Público Estadual - Requerido: Adalberto dos Santos - Assunto: Apurar eventual dano ambiental na fazenda Serrinha, oriundo do Inquérito Civil nº 013-S/2012-PJMA.
- 3) **Inquérito Civil nº 06.2018.00001679-5** - 1ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Coxim - Requerente: Ministério Público Estadual - Requeridos: Fundação Estatal de Saúde do Pantanal - FESP e o município de Coxim - Assunto: Apurar eventuais irregularidades no Hospital Regional de Coxim, administrado pela Fundação Estatal Saúde do Pantanal, quanto à ausência de medicamentos e insumos básicos. (IC nº 13/2017 migrado para o SAJMP).

**2 - RELATOR CONSELHEIRO ANTONIO SIUFI NETO:**

- 1) **Inquérito Civil nº 06.2016.00000354-8 (Sigiloso)** - 31ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Campo Grande.
- 2) **Inquérito Civil nº 06.2018.00001122-3** - Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Água Clara - Requerente: César Daniel Guarini Rodrigues da Silva - Requerida: Câmara Municipal de Água Clara - Assunto: Apurar o fato de o número de cargos comissionados serem superiores à 50% do total de funcionários da Câmara de Vereadores deste Município. (IC nº 12/2013, migrado para o SAJMP).
- 3) **Inquérito Civil nº 06.2018.00003590-4 (Sigiloso)** - 29ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Campo Grande: Advogados: Fábio de Melo Ferraz, OAB nº 8919 e André Borges Netto, OAB nº 5.788.
- 4) **Inquérito Civil nº 06.2018.00001297-7** - 1ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Coxim - Requerente: Ministério Público Estadual - Requerido: Município de Coxim - Assunto: Apurar eventuais irregularidades quanto ao descumprimento da Lei Orgânica do município de Coxim em razão da ausência de publicidade de seus atos. (IC nº 32/2016, migrado para o SAJMP).
- 5) **Inquérito Civil nº 06.2018.00002905-7** - 2ª Promotoria de Justiça dos Direitos Constitucionais do Cidadão e dos Direitos Humanos da comarca de Naviraí - Requerente: Ministério Público Estadual - Requerido: Município de Naviraí -

Assunto: Apurar a notícia de inadequada prestação de serviços de saúde pelo município de Naviraí, em razão do ESF Boa Vista estar atendendo população acima dos limites impostos pelas regras do SUS, em continuidade às investigações desenvolvidas nos autos de Inquérito Civil nº 14/2015.

**6) Inquérito Civil nº 06.2018.00003575-9** - 2ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Mundo Novo - Requerente: Ministério Público Estadual - Requerida: Hemoprot - Indústria e Comércio de Produtos Frigoríficos Ltda.- ME - Assunto: Apurar a regularidade ambiental das atividades da empresa Hemoprot, cuja indústria encontra-se situada na BR-163, KM 12,5, Zona Rural, no município de Mundo Novo/MS. (IC nº 04/2016, migrado para o SAJMP).

### **3 - RELATOR CONSELHEIRO BELMIRES SOLES RIBEIRO:**

**1) Inquérito Civil nº 06.2018.00001183-4** - 1ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Coxim - Requerente: Ministério Público Estadual - Requerida: Câmara Municipal de Coxim - Assunto: Apurar eventual irregularidade, consistente em contratação com Posto de Combustível para aquisição do produto pela Câmara Municipal de Coxim, identificando eventuais atos de improbidade administrativa. (IC nº 29/2013, migrado para o SAJMP).

**2) Inquérito Civil nº 06.2017.00000888-0 (Sigiloso)** - 28ª Promotoria de Justiça da Infância e da Juventude da comarca de Campo Grande.

**3) Inquérito Civil nº 06.2017.00002329-2** - Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Nioaque - Requerente: Ministério Público Estadual - Requerido: A apurar - Assunto: Apurar possível dano ambiental a ser recuperado na fazenda Varjão.

**4) Inquérito Civil nº 06.2018.00000196-9** - Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Nioaque - Requerente: Ministério Público Estadual - Requerido: A apurar - Assunto: Apurar a regularidade jurídico-ambiental da fazenda Forquilha (Operação Cachorro-Vinagre).

**5) Inquérito Civil nº 06.2018.00001220-0** - 1ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Coxim - Requerente: Ministério Público Estadual - Requeridas: Agência Estadual de Defesa Sanitária, Animal e Vegetal – IAGRO e a Vigilância Sanitária de Coxim - Assunto: Apurar eventuais irregularidades na ausência de fiscalização de estabelecimento comercial pela IAGRO e pela vigilância sanitária no município de coxim, e possível atos de improbidade daí decorrentes. (IC nº 16/2014, migrado para o SAJMP).

**6) Inquérito Civil nº 06.2018.00001534-1** - 1ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Coxim - Requerente: Ministério Público Estadual - Requerido: Município de Alcínópolis - Assunto: Apurar eventuais atos de improbidade administrativa pelo Prefeito Municipal de Alcínópolis consistente na venda de bens públicos em inobservância à Lei nº 8.666/93. (IC nº 17/2014 migrado para SAJMP).

**7) Inquérito Civil nº 06.2018.00003175-2** - 2ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Amambai - Requerente: Ministério Público Estadual - Requerida: Cooperativa dos Catadores de Materiais Recicláveis - Assunto: Apurar a regularidade jurídica-ambiental da Cooperativa de Catadores de Materiais Recicláveis - COOPERCICLA. (IC nº 70/2012, migrado para o SAJMP).

### **4 - RELATOR CONSELHEIRO JOÃO ALBINO CARDOSO FILHO:**

**1) Inquérito Civil nº 06.2018.00001429-7** - 1ª Promotoria de Justiça das Pessoas com Deficiência da comarca de Coxim - Requerente: Ministério Público Estadual - Requerido: Prédio do Fórum de Coxim - Assunto: Apurar as condições de acessibilidade para portadores de necessidades especiais no edifício das dependências do Fórum de Justiça da comarca de Coxim. (IC nº 32/2012, migrado para SAJMP).

**2) Inquérito Civil nº 06.2018.00000066-0** - Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Inocência - Requerente: Ministério Público Estadual - Requerido: Luiz Carlos Perfetto (Perfeito) Batista - Assunto: Apurar eventuais danos ambientais causados pelo represamento da água da fazenda “São Pedro”, bem como da construção de um tanque de piscicultura na mesma propriedade. (IC nº 01/2016, migrado para o SAJMP).

**3) Procedimento Preparatório nº 06.2019.00000303-8** - 2ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Costa Rica - Requerente: Polícia Militar Ambiental de Costa Rica - Requeridos: Odenir Lopes Junior e Vitória Pereira Lopes - Assunto: Armazenamento irregular de produtos perigosos na fazenda São Sebastião, localizada neste município de Costa Rica/MS.

**4) Inquérito Civil nº 06.2019.00000362-7** - 2ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Coxim - Requerente: Ministério Público Estadual - Requerido: Ivo Jardim de Carvalho - Assunto: Apurar possíveis danos ambientais em consequência de desmatamento de 78,63 hectares de vegetação nativa, sem licença ambiental, conforme Parecer nº 647/17 do Nugeo, no imóvel rural denominado fazenda Vale do Buriti, situado neste Município.

**5) Inquérito Civil nº 06.2018.00001144-5** - 2ª Promotoria de Justiça das Pessoas com Deficiência da comarca de Cassilândia - Requerente: Ministério Público Estadual - Requerido: Município de Cassilândia - Assunto: Apurar a existência e a implantação de vagas de estacionamento, nas vias públicas municipais, com reservas especiais para pessoas com deficiências e para idosos.

**6) Inquérito Civil nº 06.2016.00001371-3** - 11ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Dourados - Requerente: Wladimir Cristofari - Requerido: Ministério Profético Internacional - MPI - Assunto: Apurar notícia indicativa de irregularidade ambiental e urbanística, consistente na prática de poluição sonora pela Igreja Ministério Profético Internacional - MPI, localizada no Jd. Ouro Verde, em Dourados/MS, a qual funciona desprovida de Alvará de Localização e Funcionamento.

**7) Inquérito Civil nº 06.2017.00000793-7** - 25ª Promotoria de Justiça do Consumidor da comarca de Campo Grande - Requerente: Ministério Público Estadual - Requeridos: Hotel Indaiá e o Colégio Dom Bosco - Assunto: Apurar suposto desrespeito, por alguns estabelecimentos comerciais de Mato Grosso do Sul, à Lei nº 4.687/2015, a qual dispõe sobre a informação aos consumidores acerca da utilização de poços artesianos.

#### **5 - RELATOR CONSELHEIRO FRANCISCO NEVES JÚNIOR:**

**1) Procedimento Preparatório nº 06.2019.00000096-3** - 10ª Promotoria de Justiça do Consumidor da comarca de Dourados - Requerente: Ministério Público Estadual - Requerida: Unimed de Dourados MS - Cooperativa de Trabalho Médico - Assunto: Averiguar eventual cobrança indevida de serviços não contratados de HOME CARE pelos beneficiários do Plano de Saúde Unimed Dourados Cooperativa Trabalho Médico.

**2) Inquérito Civil nº 06.2017.00001248-4** - 2ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca da comarca de Aquidauana - Requerente: Denúncia anônima - Requerido: Wilson Ferreira - Assunto: Apurar denúncia de superfaturamento no transporte escolar pela empresa pertencente ao ex-vereador Wilson Ferreira no município de Aquidauana.

**3) Inquérito Civil nº 06.2019.00000131-8** - 2ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Corumbá - Requerentes: Núcleo Ambiental de Apoio ao CAOMA e CAOHRB - Requerido: Mauro Aguiar Ribeiro - Assunto: Apurar a regularidade da supressão de 26,36 hectares de vegetação nativa secundária em estado inicial de regeneração em área determinada como de Mata Atlântica, interior do imóvel rural Fazenda Santa Rosa, ora pertencente a Mauro Aguiar Ribeiro, sem a correspondente autorização ambiental concedida pelo órgão ambiental competente.

**4) Inquérito Civil nº 06.2017.00002036-2** - 2ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Cassilândia - Requerente: Polícia Militar Ambiental de Cassilândia/MS - Requerido: A apurar - Assunto: Visando apurar a reparação e/ou recuperação de área de preservação permanente degradadas.

**5) Inquérito Civil nº 06.2019.00000119-5** - 42ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Campo Grande - Requerente: Ministério Público Estadual - Requerida: Edna Maria de Oliveira Castela - Assunto: Apurar a degradação ambiental na Estância Lagoa Bonita, localizada em Campo Grande/MS.

#### **6 - RELATOR CONSELHEIRO EDGAR ROBERTO LEMOS DE MIRANDA:**

**1) Inquérito Civil nº 06.2017.00001234-0** - 1ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Mundo Novo - Requerente: Antônio Carlos dos Santos - Requerido: Município de Mundo Novo - Assunto: Apurar suposta contratação ilegal de servidores sem concurso público no município de Japorã/MS.

**2) Inquérito Civil nº 06.2018.00001491-0** - Promotoria de Justiça do Consumidor da comarca de Nioaque - Requerente: Ministério Público Estadual - Requerido: A apurar - Assunto: Apurar eventual prática de infração ao Código de Defesa do Consumidor e infração ético-profissional. (IC nº 06/2016, migrado para o SAJMP).

**3) Inquérito Civil nº 06.2017.00001383-9 (Sigiloso)** - 2ª Promotoria de Justiça da Infância e da Juventude da comarca de Bonito.

**4) Inquérito Civil nº 06.2018.00000934-0** - 1ª Promotoria de Justiça das Pessoas com Deficiência da comarca de Coxim - Requerente: Ministério Público Estadual - Requerido: Banco do Brasil S/A. - Assunto: Verificar as condições de acessibilidade para portadores de necessidades especiais. (IC nº 30/2012, migrado para o SAJMP).

**5) Inquérito Civil nº 06.2019.00000421-5** - Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Nioaque - Requerente: Ministério Público Estadual - Requerido: Dorival Basso - Assunto: Apurar possível degradação ambiental, consistente em exploração de vegetação nativa sem autorização ambiental, no imóvel rural denominado fazenda São João, de propriedade de Dorival Basso.

**6) Procedimento Preparatório nº 06.2018.00003628-0** - 2ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Coxim - Requerente: Ministério Público Estadual - Requerido: A apurar - Assunto: Apurar eventuais irregularidades na construção de muro e cercas às margens do Rio Taquari.

**7) Procedimento Preparatório nº 06.2018.00003088-6 (Sigiloso)** - 29ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Campo Grande.

**8) Procedimento Preparatório nº 06.2019.00000647-9** - 1ª Promotoria de Justiça das Pessoas com Deficiência da comarca de Três Lagoas - Requerente: Ministério Público Estadual - Requerido: Cid Sabino Jr. - Assunto: Apurar documentação para utilização de área pública do município para abrigar bacia de retenção do sistema de drenagem dos loteamentos fechados Portal das Águas e Terras do Jupiá nesta Urbe.”



**7 - RELATORA CONSELHEIRA JACEGUARA DANTAS DA SILVA:**

- 1) **Inquérito Civil nº 06.2018.00001423-1** - 2ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Sidrolândia - Requerente: Ministério Público Estadual - Requeridas: Celina Ferreira, Dalva Malaquias Ferreira, Valda Ferreira e Vânia Ferreira - Assunto: Apurar eventual dano ambiental ocorrido na fazenda Quitandinha, neste município de Sidrolândia/MS, conforme consta do Parecer nº 782/17/Nugeo.
- 2) **Inquérito Civil nº 06.2018.00002482-9** - Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Nioaque - Requerente: Ministério Público Estadual - Requerido: A apurar - Assunto: Apurar eventual irregularidade na contratação de Paulo Roberto Miguel pela Prefeitura Municipal de Nioaque/MS. (IC nº 14/2015, migrado para o SAJMP).
- 3) **Inquérito Civil nº 06.2018.00000890-7** - 2ª Promotoria de Justiça da Habitação e Urbanismo da comarca de Bonito - Requerentes: Parte Sigilosa e Patrícia Aparecida Jara Garcia - Requerido: Misael da Cruz - Assunto: Apurar a legalidade do loteamento Três Palmeiras, localizado na saída para a rodovia Anastácio/Aquidauana, cujos lotes supostamente foram comercializados pela pessoa de Misael da Cruz.
- 4) **Inquérito Civil nº 06.2018.00000674-2** - 1ª Promotoria de Justiça das Pessoas com Deficiência da comarca de Paranaíba - Requerente: Coordenação-Geral do Disque Direitos Humanos - Requerido: A apurar - Assunto: Apurar a ocorrência de eventuais maus tratos à pessoa portadora de deficiência M.A.Q.M.
- 5) **Inquérito Civil nº 06.2018.00001361-0** - 1ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Coxim - Requerente: Ministério Público Estadual - Requeridos: Município de Coxim, Hospital Regional de Coxim e a Secretaria Municipal de Saúde - Assunto: Apurar eventuais atos de improbidade administrativa decorrentes da demissão da funcionária Adriana de Moura Trentini por possível influência política. (IC nº 10/2015, migrado para o SAJMP).
- 6) **Inquérito Civil nº 06.2018.00001299-9** - 1ª Promotoria de Justiça dos Direitos Constitucionais do Cidadão e dos Direitos Humanos da comarca de Coxim - Requerente: Ministério Público Estadual - Requeridos: Estado do Mato Grosso do Sul, Município de Coxim e a Secretaria Municipal de Saúde de Coxim - Assunto: Apurar se estão sendo executadas pela Gestão Estadual e Municipal de Saúde de Coxim as ações de prevenção/controle vetorial no combate ao mosquito *Aedes Aegypti*, bem como se o Plano de Contingência para prevenção e enfrentamento da microcefalia relacionada ao *Zika Vírus*. (IC 02/2015, migrado para o SAJMP).

**8 - RELATOR CONSELHEIRO SILASNEITON GONÇALVES:**

- 1) **Inquérito Civil nº 06.2018.00000611-0 (Sigiloso)** - 28ª Promotoria de Justiça da Infância e da Juventude da comarca de Campo Grande.
- 2) **Inquérito Civil nº 06.2018.00001279-9** - 1ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Coxim - Requerente: Ministério Público Estadual - Requeridos: Associação Beneficente Espaço Manancial e o município de Coxim - Assunto: Apurar irregularidades quanto às subvenções sociais destinadas à Associação Beneficente Espaço Manancial. (IC nº 040/2016, migrado para o SAJMP).
- 3) **Inquérito Civil nº 06.2018.00003444-9** - 25ª Promotoria de Justiça do Consumidor da comarca de Campo Grande - Requerente: Ministério Público Estadual - Requerida: Claro S/A - Assunto: Apurar ineficiência dos serviços de telefonia móvel prestados pela operadora CLARO S/A. (IC nº 42/2014, migrado para o SAJMP).

**9 - RELATOR CONSELHEIRO ALEXANDRE LIMA RASLAN:**

- 1) **Inquérito Civil nº 06.2018.00001260-0** - 1ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Coxim - Requerente: Ministério Público Estadual - Requerida: Fundação Estatal de Saúde do Pantanal - Assunto: Apurar eventuais notícias de deficiências no atendimento ofertado pelo Hospital Regional Álvaro Fontoura. (IC nº 22/2012, migrado para SAJMP).
- 2) **Inquérito Civil nº 06.2018.00000222-4** - Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Nioaque - Requerente: Ministério Público Estadual - Requerido: Lorivaldo Marchi - Assunto: Apurar a regularidade jurídico-ambiental da Fazenda Sucupira (Operação Cachorro-Vinagre).
- 3) **Inquérito Civil nº 06.2018.00002900-2** - 2ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Amambai - Requerente: Ministério Público Estadual - Requerida: Prefeitura Municipal de Amambai - Assunto: Apurar notícia de eventual falha ou falta no serviço público de saúde, na aplicação de políticas públicas para implantação do planejamento familiar no município de Amambai/MS. (IC nº 07/2016, migrado para o SAJMP).

Campo Grande, 27 de maio de 2019.

ALEXANDRE LIMA RASLAN  
Procurador de Justiça  
Secretário do Conselho Superior do MP

**CORREGEDORIA-GERAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO****AVISO N. 13/CGMP/2019**

O CORREGEDOR-GERAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO, no uso de suas atribuições legais conferidas pelo artigo 168 da Lei Complementar nº 72/94, alterada pela Lei Complementar nº 145/2010,

**A V I S A:**

Às autoridades judiciárias e policiais, bem como aos senhores Advogados, Defensores Públicos, Promotores de Justiça e público em geral, que o Corregedor-Geral do Ministério Público realizará visita correcional nas Promotorias de Justiça conforme abaixo:

DATA	PROMOTORIA DE JUSTIÇA
5.6.2019	27ªPJ Campo Grande
5.6.2019	28ªPJ Campo Grande
5.6.2019	33ªPJ Campo Grande
5.6.2019	46ªPJ Campo Grande
10.6.2019	25ªPJ Campo Grande
10.6.2019	43ªPJ Campo Grande
11.6.2019	29ªPJ Campo Grande
11.6.2019	30ªPJ Campo Grande
11.6.2019	31ªPJ Campo Grande
11.6.2019	49ªPJ Campo Grande
24.6.2019	26ªPJ Campo Grande
24.6.2019	34ªPJ Campo Grande
24.6.2019	42ªPJ Campo Grande
24.6.2019	44ªPJ Campo Grande
24.6.2019	67ªPJ Campo Grande
25.6.2019	32ªPJ Campo Grande
26.6.2019	PJ Anastácio
26.6.2019	1ªPJ Aquidauana
26.6.2019	2ªPJ Aquidauana
26.6.2019	3ªPJ Aquidauana

Campo Grande, 28 de maio de 2019.

**MARCOS ANTONIO MARTINS SOTTORIVA**

Corregedor-Geral do Ministério Público

**SECRETARIA DE GESTÃO DE PESSOAS****AVISO Nº 080/2019-GED****XXI PROCESSO DE SELEÇÃO DE ESTAGIÁRIOS DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL**

O Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul, por intermédio do Procurador-Geral Adjunto de Justiça Administrativo em exercício, conforme disposto no art. 24 da Resolução nº 015/2010/PGJ, de 27 de julho de 2010, TORNA PÚBLICA a DECADÊNCIA do direito de ser empossados dos candidatos abaixo relacionados, aprovados no XXI Processo de Seleção de Estagiários do Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul, homologado por meio do Aviso nº 001/2018-GED, de 2 de agosto de 2018, publicado no DOMP nº 1789, de 3 de agosto de 2018, uma vez que tais candidatos não apresentaram a documentação necessária ao credenciamento no prazo indicado no Aviso de Convocação nº 077/2019-GED, publicado no DOMP nº 1970, de 17 de maio de 2019.

COMARCA	NÍVEL DE ENSINO	CANDIDATO	POSIÇÃO
Campo Grande	Administração – Nível Pós-Graduação	Elvison Fernandes da Silva	5ª
Campo Grande	Engenharia Civil – Nível Graduação	Letícia Coelho Castro Toquez	4ª

Campo Grande, 27 de maio de 2019.

HUMBERTO DE MATOS BRITTES

Procurador-Geral Adjunto de Justiça Administrativo em exercício

**AVISO Nº 081/2019-GED****XXI PROCESSO DE SELEÇÃO DE ESTAGIÁRIOS DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL**

O Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul, por intermédio do Procurador-Geral Adjunto de Justiça Administrativo em exercício, conforme disposto no art. 24 da Resolução nº 015/2010/PGJ, de 27 de julho de 2010, CONVOCA os candidatos aprovados no XXI Processo de Seleção de Estagiários do Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul, homologado por meio do Aviso nº 001/2018-GED, de 2 de agosto de 2018, publicado no DOMP nº 1789, de 3 de agosto de 2018, para entrega dos documentos necessários ao credenciamento.

Os candidatos convocados deverão comparecer, no local, dia e horário mencionados no quadro abaixo, munidos dos documentos relacionados no capítulo X do Edital nº 001/2018, de 23 de março de 2018, publicado no DOMP nº 1700, de 26 de março de 2018, especificados, respectivamente, no item 2 desse aviso.

**1. CANDIDATOS CONVOCADOS - COMARCA DE CAMPO GRANDE**

LOCAL: Secretaria de Gestão de Pessoas - SGP, situada na Procuradoria-Geral de Justiça do Estado de Mato Grosso do Sul, localizada na Rua Presidente Manuel Ferraz de Campos Salles, 214- Jardim Veraneio, Campo Grande – MS, nos dias e horários mencionados no quadro abaixo.

**ADMINISTRAÇÃO – NÍVEL PÓS-GRADUAÇÃO**

DATA	HORÁRIO	CANDIDATO	POSIÇÃO
04/06/2019	14h	MARILIA SOARES MORAES	6ª

**ENGENHARIA CIVIL – NÍVEL GRADUAÇÃO**

Turno matutino

DATA	HORÁRIO	CANDIDATO	POSIÇÃO
04/06/2019	10h	FELIPE YUJI TAIRA	5ª

**2. RELAÇÃO DE DOCUMENTOS PARA CREDENCIAMENTO:**

ITEM	DISCRIMINAÇÃO
1	Fotocópia legível da cédula de identidade e do CPF;
2	Declaração ou certidão de matrícula atualizada, emitida pela instituição de ensino, que informe o ano letivo / turno / semestre / número de dependências de disciplinas e data prevista de conclusão do curso (não será aceito documento que não contenha todas essas informações);
3	Atestado médico que comprove a aptidão clínica necessária à realização das atividades do estágio, por meio de anamnese e exame físico;
4	Certidões criminais dos cartórios distribuidores das Justiças Federal e Estadual que abranjam localidades onde o candidato houver residido nos últimos cinco anos; Certidão e/ou atestado de antecedentes criminais fornecidas pelas Polícias Federal e Estadual que abranjam localidades onde o candidato houver residido nos últimos cinco anos;
5	Declaração pessoal de ausência dos impedimentos previstos no art. 42, inciso I da Resolução nº 015/2010-PGJ e art. 19 da Resolução nº 42 do Conselho Nacional do Ministério Público - CNMP;
6	Declaração pessoal do não exercício da advocacia pública ou privada e de estágio em qualquer outro órgão público ou privado;
7	Atestado de exame ABO-RH;
8	Número da agência e da conta corrente no Banco do Brasil ( <u>exceto poupança</u> );
9	02 fotografias coloridas, 3x4 recentes;
10	Ficha de Cadastro manuscrito/digitado em todos os campos e assinada;
11	Declaração de não participação em diretoria de Partido Político;
*12	Diploma em curso Nível Superior – Graduação;
*13	Declaração ou certidão de matrícula atualizada, emitida pela Instituição de Ensino, em curso de pós-graduação, em nível de especialização, mestrado ou doutorado.

(\*) Documentos específicos para estagiários de Nível de Pós-Graduação.

Cumpra-se observar que diante de previsão expressa no Edital nº 001/2018-GED, no capítulo “X – Da Convocação e Admissão”, item 4, antes da entrega dos documentos necessários ao credenciamento: “O candidato regularmente convocado deverá manifestar-se, por meio de mensagem eletrônica, ou apresentar-se no local informado no aviso de convocação, no prazo de 3 (três) dias úteis, para formalizar manifestação quanto ao interesse no exercício do estágio, desistência ou transposição para o final de lista, se for caso, sob pena de eliminação do Processo de Seleção”.

O “e-mail” em que a manifestação deverá ser enviada é [estagiariosadm@mpms.mp.br](mailto:estagiariosadm@mpms.mp.br).

Campo Grande, 27 de maio de 2019.

HUMBERTO DE MATOS BRITTES

Procurador-Geral Adjunto de Justiça Administrativo em exercício

**EDITAIS DAS PROMOTORIAS DE JUSTIÇA**

---

**COMARCAS DE ENTRÂNCIA ESPECIAL**

---

---

**DOURADOS**

---

**OFÍCIO 0199/2019/11PJ/DOS**

A 11ª Promotoria de Justiça da Comarca de Dourados/MS, com fundamento no art. 16, §2º, da Resolução n. 0014/2017/CPJ, torna pública a comunicação da reclamante JACKELINE DOS SANTOS COSTA acerca do arquivamento da notícia de fato 01.2019.00000049-6, conforme abaixo especificado:

"Através do presente, comunico Vossa Senhoria do arquivamento dos autos de Notícia de Fato n. 01.2019.00000049-6, registrado para apurar manifestação recebida por meio da Ouvidoria do Ministério Público, no bojo da qual a reclamante Jackeline dos Santos Costa relata falta de iluminação em dois postes na via pública denominada Rua Manoel Vieira Nóia, altura no n. 2145 - Parque Residencial Pelicano, para ciência e os devidos fins de direito, bem como científico da possibilidade de interposição de recurso, no prazo de até 10 (dez) dias, a contar da publicação deste, conforme o disposto no § 1º do Artigo 11 Resolução nº 015/2007-PGJ, de 27 de novembro 2007.

Dourados/MS, 27 de maio de 2019.

AMÍLCAR ARAÚJO CARNEIRO JÚNIOR  
Promotor de Justiça

---

**COMARCAS DE SEGUNDA ENTRÂNCIA**

---

---

**BELA VISTA**

---

**EDITAL Nº 0048/2019/PJ/BVT**

A Promotoria de Justiça da Comarca de Bela Vista/MS, torna pública a instauração do IC - Inquérito Civil que está à disposição de quem possa interessar na Rua Eduardo Peixoto, 1541, Centro, Bela Vista-MS - CEP 79260-000  
Telefone: (67) 3439-1991, Bela Vista/MS. E ainda no endereço eletrônico:  
<http://consultaprocedimento.mpms.mp.br/consulta/saj/processo>.

IC - Inquérito Civil nº 06.2019.00000781-2

Requerente: Ministério Público Estadual;

Requerido: Prefeitura Municipal de Caracol - MS

Assunto: Apurar supostas irregularidades no processo seletivo para contratação de professores pela Prefeitura Municipal de Caracol para o ano de 2019.

Bela Vista/MS, 17/05/2019

WILLIAM MARRA SILVA JÚNIOR  
Promotor de Justiça

**EDITAL Nº 0049/2019/PJ/BVT**

A Promotoria de Justiça da Comarca de Bela Vista/MS, torna pública a instauração do IC - Inquérito Civil que está à disposição de quem possa interessar na Rua Eduardo Peixoto, 1541, Centro, Bela Vista-MS - CEP 79260-000  
Telefone: (67) 3439-1991, Bela Vista/MS. E ainda no endereço eletrônico:  
<http://consultaprocedimento.mpms.mp.br/consulta/saj/processo>.

IC - Inquérito Civil nº 06.2019.00000807-7

Requerente: Ministério Público Estadual;

Requerido: Fazenda Santa Matilde

Assunto: Apurar suposto dano ambiental em razão da exploração de 22,39 hectares de vegetação nativa na propriedade denominada Fazenda Santa Matilde em Caracol/MS.

Bela Vista/MS, 21/05/2019

**WILLIAM MARRA SILVA JÚNIOR**

Promotor de Justiça

---

**COXIM**

---

**EDITAL Nº 0030/2019/02PJ/CXM**

A 2ª Promotoria de Justiça da Comarca de Coxim/MS torna pública a instauração do Procedimento Administrativo abaixo descrito, que está à disposição de quem possa interessar na Avenida Márcio Lima Nantes nº 105, Vila São Salvador, na cidade de Coxim-MS. Os autos do referido procedimento podem ser integralmente acessados via internet, no seguinte endereço: <http://consultaprocedimento.mpms.mp.br/consulta/saj/processo>.

Procedimento Administrativo nº 09.2019.00001799-8

Requerente: Ministério Público Estadual.

Requerido: Antonio Giantomaso.

Assunto: Fiscalizar o cumprimento do Termo de Ajustamento de Conduta celebrado nos autos do Inquérito Civil n.º 06.2018.00001815-0, entre o Ministério Público Estadual e o compromissário Antonio Giantomaso.

Coxim/MS, 27 de maio de 2019.

**DANIELLA COSTA DA SILVA**

Promotora de Justiça

---

**RIBAS DO RIO PARDO**

---

**EDITAL Nº 0025/2019/01PJ/RRP**

A Promotoria de Justiça de Ribas do Rio Pardo/MS torna pública a instauração de Procedimento Preparatório que está à disposição de quem possa interessar na Rua Waldemar Francisco da Silva, nº 1.017, Bairro Nossa Senhora da Conceição I.

Procedimento Preparatório nº 06.2019.00000816-6

Requerente: Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul.

Requerido: João Roberto Baird

Assunto: apurar danos ambientais supostamente ocorridos em prejuízo aos cursos hídricos do córrego "Ribeirão Mantena" e seus afluentes, ocasionados em áreas que integram as propriedades rurais "Fazenda Alto Mantena", "Fazenda Aurora/Santa Rita", "Fazenda Rainha da Paz" e propriedades da região.

Ribas do Rio Pardo, 27 de maio de 2019.

**GEORGE ZAROUR CEZAR**

Promotor de Justiça

---

**RIO BRILHANTE**

---

**INQUÉRITO CIVIL Nº 06.2017.00002209-3****RECOMENDAÇÃO:**

O MINISTÉRIO PÚBLICO ESTADUAL DE MATO GROSSO DO SUL, representado pela 2ª Promotoria de Justiça de Rio Brilhante/MS, por meio de sua Promotora de Justiça infra-assinada, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no artigo 127 da Constituição Federal, artigo 27, Parágrafo único, IV, da Lei Orgânica Nacional do Ministério Público (Lei nº 8.625/1993), artigo 29, IV, da Lei Orgânica Estadual do Ministério Público Estadual (Lei Complementar nº72/1994) e artigo 44 da Resolução PGJ nº015/2007, e;

CONSIDERANDO que a Constituição Federal, em seu artigo 127, *caput*, prevê que o Ministério Público é instituição permanente, essencial à função jurisdicional do Estado, incumbindo-lhe a defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis;

CONSIDERANDO que é função institucional do Ministério Público zelar pelo efetivo respeito dos serviços de relevância pública aos direitos assegurados pela Constituição Federal, promovendo as medidas necessárias à sua garantia (artigo 129, II, da Constituição Federal);

CONSIDERANDO que a Constituição Federal, em seu artigo 37, *caput*, e que a Constituição do Estado de Mato Grosso do Sul, em seu artigo 25, preceituam que todos os órgãos da Administração Pública se encontram submetidos à plena observância dos princípios da legalidade, impeccabilidade, moralidade, publicidade e eficiência (artigo 37, *caput*, da Constituição Federal);

CONSIDERANDO que cabe ao Ministério Público exercer a tutela dos direitos assegurados nas Constituições Federal e Estadual, podendo, no exercício de suas atribuições emitir recomendações dirigidas aos órgãos e entidades públicas (artigo 27, Parágrafo único, inciso IV, da Lei Federal nº 8.625/1993);

CONSIDERANDO que a Recomendação é instrumento destinado à orientação de órgãos públicos ou privados, para que sejam cumpridas normas relativas a direitos e deveres assegurados ou decorrentes das Constituições Federal e Estadual e serviços de relevância pública e social (artigo 5º, da Resolução PGJ nº015/2007);

CONSIDERANDO que, segundo Hugo Nigro Mazzilli<sup>1</sup>, o “Promotor de Justiça do patrimônio público e social tem sua área de atuação voltada para a defesa da probidade e legalidade administrativas e da proteção do patrimônio público e social”;

CONSIDERANDO que o princípio da impessoalidade significa que “a Administração Pública não pode atuar com vistas a prejudicar ou beneficiar pessoas determinadas, uma vez que é sempre o interesse público que deve nortear o seu comportamento”<sup>2</sup>; enquanto que o princípio da moralidade “extraí-se do conjunto de regras de conduta que regulam o agir da Administração Pública; tira-se da boa e útil disciplina interna da Administração Pública (...)”<sup>3</sup>;

CONSIDERANDO que, consoante artigo art. 19, inciso I, da Constituição Federal, os entes federados são proibidos de manter relação de dependência, aliança ou subvenção com cultos religiosos ou igrejas, exceto no caso de colaboração de interesse público, o qual exige, para tanto, demonstração cabal de sua existência;

CONSIDERANDO que o Estado não pode e não deve se confundir com as preferências religiosas de seus representantes, merecendo rememorar que, desde a Constituição Federal de 1891, o Poder Público e a religião estão separados, adotando-se o perfil de um Estado laico, o qual vigora atualmente;

CONSIDERANDO que o incentivo, custeio, apoio de eventos religiosos com orçamento público, sem que exista interesse público configura, ao menos em tese, improbidade administrativa, por violação dos Princípios da Administração Pública, tais como legalidade, impessoalidade, eficiência, além do Princípio da Laicidade do Estado, com custeio pelo

---

<sup>1</sup> MAZZILLI, Hugo Nigro. Introdução ao Ministério Público. 9. ed. São Paulo: Saraiva, 2015, p. 319.

<sup>2</sup> DI PIETRO, Maria Sylvia Zanella. Direito Administrativo. São Paulo: Atlas, 2014, p.68

<sup>3</sup> GASPARINI, Diógenes. Direito Administrativo. 17. ed. São Paulo: Saraiva, 2014, p. 64

erário de evento da religião de preferência do gestor municipal ou de parcela da população, nos termos previstos no caput do art. 37 da Constituição Republicana c/c *caput* do artigo 11 da Lei 8.429/92, agravada a ilegalidade mormente quando o Município se encontra em postura de contenção de despesas;

CONSIDERANDO que constitui ato de improbidade administrativa que atenta contra os princípios da Administração Pública qualquer ação ou omissão que viole os deveres de honestidade, imparcialidade, legalidade, e lealdade às instituições, e notadamente praticar ato visando fim proibido em lei ou em regulamento ou diverso daquele previsto, na regra de competência (artigo 11, inciso I, da Lei n.º 8.429/1992);

CONSIDERANDO que foi instaurado no âmbito da 2ª Promotoria de Justiça de Rio Brilhante/MS o Inquérito Civil n.º 06.2017.00002209-3 que visa a apurar eventual prática de ato de improbidade administrativa que atenta contra os princípios da Administração Pública em razão de dispensa ilegal de licitação em contratação efetuada pelo Município de Rio Brilhante/MS para realização de show na 6ª Festa da Amizade, cujo evento teve cobrança de ingressos para entrada e questionável interesse público que justificasse a aplicação de verba pública;

CONSIDERANDO que a 6ª Festa da Amizade foi promovida pelo Conselho de Pastores Evangélicos de Rio Brilhante/MS – CONPERB em 05/05/2017, possuindo natureza e fins evidentemente religiosos, tendo o Município de Rio Brilhante/MS dispendido a quantia de R\$ 16.000,00 (dezesesseis mil reais) para custear a contratação da Banda Trazendo a Arca, bem como R\$ 5.800,00 (cinco mil e oitocentos reais) com serviços de locação de palco e cobertura para realização do evento gospel;

CONSIDERANDO que, em pesquisas ao Portal da Transparência da Prefeitura de Rio Brilhante/MS, se identificou a existência de repasses de natureza similar em anos anteriores;

CONSIDERANDO que o evento “6ª Festa da Amizade” possui natureza religiosa e a maior parte das despesas para sua realização foram custeadas com recursos públicos do Município de Rio Brilhante/MS, com privilégio de apenas um segmento religioso;

CONSIDERANDO que o Poder Público não pode beneficiar determinada religião, em evidente conduta discriminatória com relação aos demais movimentos/grupos religiosos, sob pena de ofensa aos valores inerentes à dignidade da pessoa humana, ao princípio da igualdade e os valores fundamentais relacionados à liberdade de religião;

CONSIDERANDO que eventual aplicação de recursos públicos em colaboração com entidades/eventos de cunho religioso deve limitar-se à uma atividade considerada útil e necessária para o Estado, com o fim de alcançar um bem em prol da coletividade, sem nenhuma relação com a crença religiosa inerente a determinado grupo ou segmento específico, sobretudo porque a proteção dos valores fundamentais repudia veemente o uso desidioso e temerário do dinheiro público;

CONSIDERANDO que, se o dispêndio dos recursos públicos não estiver atrelado à consecução de direitos fundamentais individuais ou sociais, tais como saúde, educação, trabalho, não se pode constatar a existência de interesse público, e as finalidades primordiais que devem pautar a atuação dos gestores públicos não podem ser ampliadas ou tergiversadas para englobar ações que visam a promover apenas fins exclusivos e particulares de determinados grupos religiosos, sob pena de violação dos valores constitucionais;

CONSIDERANDO a necessidade de colocar fim a tal irregularidade, adequando a conduta da Administração Pública aos ditames constitucionais e legais;

RESOLVE, em defesa do patrimônio público e social e, em observância aos princípios da legalidade, moralidade e impessoalidade, notadamente ao cumprimento do artigo 37, §1º, da Constituição Federal;

RECOMENDAR ao MUNICÍPIO DE RIO BRILHANTE/MS, na pessoa do Prefeito Municipal, Senhor DONATO LOPES DA SILVA, para que:

- a) Abstenha-se de patrocinar, subsidiar, empregar bens e autorizar a utilização de recursos ou bens públicos municipais para o atendimento de interesses e eventos exclusivamente relacionados à crença, fé ou religião, sobretudo com relação ao pagamento de despesas relacionadas às festas religiosas, bem



como congressos, reuniões, encontros, etc, sob pena de responsabilização por prática de ato de improbidade administrativa, consistente na violação de Princípios que regem a Administração Pública, notadamente da legalidade, impessoalidade e moralidade;

- b) Realize todas as medidas necessárias para garantir o efetivo cumprimento de tal medida, com ampla publicidade, notadamente aos principais interessados, tais como pastores, padres, etc, do Município de Rio Brilhante/MS, sobretudo de eventuais interessados que já tenham solicitado a disponibilização de recursos públicos.

Concedo o prazo de 15 (quinze) dias úteis para que o Município de Rio Brilhante/MS, por intermédio do Prefeito Municipal, informe por escrito a esta Promotoria de Justiça sobre o acatamento ou não da presente recomendação, bem como eventuais medidas adotadas.

O descumprimento desta recomendação ensejará a interposição das medidas judiciais cabíveis.

Encaminhe-se o teor deste expediente ao Exmo. Prefeito Municipal, Donato Lopes da Silva, bem como ao Centro Operacional do Patrimônio Público e Social, e ao Setor de Publicações do DOMPMS para conhecimento e divulgação.

Decorrido o prazo sem resposta, certifique-se, fazendo os autos conclusos imediatamente.

Cumpra-se.

Rio Brilhante – MS, 27 de maio de 2019.

ROSALINA CRUZ CAVAGNOLLI  
Promotora de Justiça

---

## COMARCAS DE PRIMEIRA ENTRÂNCIA

---

### ANAUROLÂNDIA

---

#### RECOMENDAÇÃO Nº 0006/2019/PJ/AID

Procedimento Administrativo nº 09.2019.00000996-5

Requerente: MPE

Requerido: CMDCA, Secretaria de Assistência Social, Prefeitura Municipal.

#### RECOMENDAÇÃO Nº 0006/2019/PJ/AID

O MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, por intermédio da Promotoria de Justiça de Anaurilândia/MS, representado pelo Promotor de Justiça subscritor, no uso das atribuições previstas no artigo 127 Constituição Federal; artigo 27, parágrafo único, IV, da Lei Orgânica Nacional do Ministério Público (Lei nº 8.625/1993), artigo 29, inciso IV, da Lei Orgânica Estadual do Ministério Público (Lei Complementar nº 72/1994) e artigo 44 da Resolução PGJ nº 015/2007<sup>4</sup>:

CONSIDERANDO que ao Ministério Público cabe a defesa da ordem jurídica e dos interesses sociais e individuais indisponíveis (art. 127, caput, da CF/88; art. 1º da Lei nº 8.625/93 e art. 1º da LC nº 72/94), sendo que, para tanto, deve promover inquérito civil e a ação civil pública para a proteção do patrimônio público e social, do meio ambiente e de outros interesses difusos e coletivos (art. 129, III, da CF/88; art. 25, IV, b, da Lei nº 8.625/93 e art. 25, IV, b, da LC nº 72/94);

---

<sup>4</sup> Disciplina o inquérito civil e demais investigações do Ministério Público na área dos interesses difusos, coletivos, individuais homogêneos e individuais indisponíveis, as audiências públicas, os compromissos de ajustamento de conduta e as recomendações, e dá outras providências.

CONSIDERANDO que, segundo Hugo Nigro Mazzilli, o “*Promotor de Justiça do patrimônio público e social tem sua área de atuação voltada para a defesa da probidade e legalidade administrativas e da proteção do patrimônio público e social*”<sup>5</sup>;

CONSIDERANDO que a recomendação “*constitui um instrumento poderoso para conformação e adequação de condutas de agentes políticos e administradores públicos, consistindo numa espécie de notificação e alerta sinalizador da necessidade de que providências sejam tomadas, sob pena de consequências e adoção de outras medidas e expedientes repressivos por parte do Ministério Público*”<sup>6</sup>, viabilizando, dessa maneira, a demonstração de dolo para eventual ajuizamento de ação civil pública por ato de improbidade administrativa, sem prejuízo de ação própria para anulação do ato ilegal praticado;

CONSIDERANDO que, na linha do art. 37, *caput*, da Carta Maior da República, do art. 25 da Constituição do Estado de Mato Grosso do Sul e do art. 15, *caput*, da Lei Orgânica do Município de Anaurilândia, a Administração Pública deve se pautar pelos princípios da legalidade, da impessoalidade, da moralidade e da eficiência, os quais são de plena exigibilidade jurídica, devendo ser observados compulsoriamente pelo ente público das esferas federal, estadual e municipal;

CONSIDERANDO que se instaurou este PA para acompanhar a utilização dos recursos destinados ao Fundo Municipal da Criança e do Adolescente, sendo que foi possível observar que aquele constantemente está servindo como fonte de custeio do pagamento dos conselheiros tutelares, o que ofende o art. 134, Parágrafo Único, do ECA e do art. 16, II, da Resolução nº 137/2010, do CONANDA

CONSIDERANDO que o art. 134, Parágrafo único, do ECA, determina que conste na própria lei orçamentária municipal recursos necessários ao funcionamento e manutenção do Conselho Tutelar e, na mesma linha, o art. 16, II, da Resolução nº 137/2010, do CONANDA, veda a utilização do Fundo Municipal da Criança e do adolescente para a manutenção do Conselho Tutelar e o pagamento de seus membros;

CONSIDERANDO que o art. 39, Parágrafo único, da Lei Municipal nº 585/2013 impossibilita a aplicação dos recursos do Fundo para pagamento de atividades do CMDCA e do Conselho Tutelar, não podendo tal normativa ser alterada para ofender dispositivo previsto em lei nacional e nas resoluções do CONANDA, sob pena de se tornar inconstitucional eventual mudança;

RECOMENDA ao Exmº Srº Prefeito Municipal de Anaurilândia/MS, a Exmª Srª Secretária de Assistência Social, com fundamento no art. 27, parágrafo único, IV, da Lei n. 8.625/93 (Lei Orgânica Nacional do Ministério Público), para, em até 15 (quinze) dias:

- . Abster de utilizar do recurso que compõe o Fundo Municipal da Criança e do Adolescente para fins de manutenção, pagamento e funcionamento do Conselho Tutelar.
- . Informar a esta Promotoria de Justiça, no prazo fornecido se vai cumprir a recomendação e, em sendo afirmativa a resposta, discriminar, dentro do prazo, todas as medidas adotadas, apresentando desde logo os documentos;
- . O descumprimento, total ou parcial, desta recomendação ensejará o ajuizamento da ação cabível para a cessação do ato ilegal, sem prejuízo de eventual ação civil pública de improbidade administrativa.

Ao técnico para: a) notificar o Exmº Srº Prefeito Municipal, bem como o Exmº Sr. Vereador Presidente da Câmara Municipal sobre este expediente e a Secretária de Assistência Social; b) Providenciar a publicação para a devida publicidade deste ato; c) decorrido o prazo, com ou sem resposta, certificar e retornar concluso o presente inquérito civil.

Anaurilândia/MS, 27 de maio de 2019.

ALLAN THIAGO BARBOSA ARAKAKI  
Promotor de Justiça

<sup>5</sup> MAZZILLI, Hugo Nigro. Introdução ao Ministério Público. 9. ed. São Paulo: Saraiva, 2015, p. 319.

<sup>6</sup> ALVES, Leonardo Barreto Moreira e BERCLAZ, Márcio Soares. Ministério Público em ação. 2. ed. Salvador: JusPODVIM, 2013, p. 49.